



Docusign Envelope ID: 68E3058B-1B81-40D2-A38B-834604890D29



São José, 29 de setembro 2025.

Ao Banco Central do Brasil

Em atendimento ao Art. 45º da Resolução BCB Nº 2, de 12 de agosto de 2020, elaboramos esta carta de apresentação das demonstrações financeiras da CALCRED S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO de 30 de junho de 2025 e os documentos abaixo listados estão contidos no arquivo:

1. Relatório da Administração;
2. Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras;
3. Balanço patrimonial;
4. Demonstração do resultado;
5. Demonstrações de resultados abrangentes;
6. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido;
7. Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto;
8. Notas explicativas às demonstrações financeiras.

A Administração declara que é responsável pela apresentação adequada das demonstrações financeiras e pelo conteúdo dos documentos contidos nesse arquivo.

Atenciosamente,

Assinado por:

Deisiane Cristine

0DAA09CDEB464C0...

Deisiane Cristine Landvoigt
Contadora – CRC RS -089155/O-3



Docusign Envelope ID: 68E3058B-1B81-40D2-A38B-834604890D29

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2025

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

A Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Financeira”) é uma sociedade anônima de capital fechado, focada no ramo de crédito ao consumidor, cuja sede e foro localizam-se no município de São José – SC oferecendo produtos e serviços com excelência para pessoas físicas. A Financeira passou a ofertar em maio de 2021 o crédito pessoal e incrementou ao seu portfólio de produtos ativos a partir de fevereiro de 2022 com o financiamento das operações de crédito dos Cartões *Ouze*, emitidos pela empresa coligada *Calcard S.A. Instituição de Pagamentos*. As captações de recursos para o financiamento das operações ativas são realizadas pela colocação de produtos de investimentos com a emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDB).

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O cenário macroeconômico do primeiro semestre de 2025 manteve-se desafiador, com inflação persistente e taxas de juros em patamares elevados, impactando diretamente o custo do crédito e o consumo das famílias. Apesar disso, a atividade econômica apresentou crescimento moderado, sustentado pela resiliência do mercado de trabalho e pela continuidade da demanda em setores essenciais. Esse ambiente exigiu das instituições financeiras maior seletividade na originação e rigor na gestão de riscos, o que reforçou a disciplina da Calcred na concessão de crédito e na manutenção de indicadores sólidos de capital e liquidez.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A carteira de crédito ao consumidor da Financeira é composta pelas operações de financiamento do “Cartão Ouze” administrado e emitido pela Calcard S.A. - Instituição de Pagamento (compondo operações de rotativo, parcelamentos com juros, saques em espécie e refinanciamento dos débitos do cartão) e por operações de empréstimo pessoal, ofertados por correspondentes no país. A carteira de crédito totalizou R\$ 233.835 em 30 de junho de 2025. Sendo R\$ 184.066 oriundos da operação do cartão de crédito Ouze e R\$ 52.809 da operação de Empréstimo Pessoal. Pela natureza das operações que são, em sua maioria, originadas do Rotativo, essa carteira é mais concentrada nas faixas de atraso de 1 a 90 dias.

O resultado do semestre de 2025 foi um prejuízo de R\$ 857 mil, influenciado principalmente pela elevação da inadimplência na linha de Empréstimo Pessoal, em um ambiente macroeconômico ainda marcado por juros elevados e maior seletividade na concessão. Em resposta a esse cenário, a Companhia reforçou sua política de crédito, revisando processos de elegibilidade e fortalecendo os mecanismos de cobrança e recuperação. Além disso, buscou maior prudência na gestão da carteira de cartões, priorizando clientes com maior capacidade de pagamento. Essas ações refletem o compromisso da Administração em preservar a qualidade da carteira, reduzir a exposição

a riscos excessivos e assegurar a trajetória de sustentabilidade e continuidade operacional da Calcred.

3. PERSPECTIVAS

Para o segundo semestre de 2025, as perspectivas indicam continuidade de um cenário de cautela, com inflação ainda pressionada e Selic elevada, limitando a expansão do crédito. A Calcred seguirá atuando de forma prudente e estratégica, com foco na rentabilização sustentável, na diversificação de produtos e serviços financeiros e no fortalecimento das sinergias com o varejo do Grupo STZ. A prioridade permanece no equilíbrio entre crescimento e preservação da qualidade da carteira, assegurando a solidez e a continuidade operacional da Companhia.

4. AUDITORIA INDEPENDENTE

A Financeira possui processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Visto que a Calcred integra o conglomerado prudencial liderado pela Calcard Instituição de Pagamentos, os honorários relativos a auditoria independente relativos ao primeiro semestre foram divulgados pela Calcard.

5. AGRADECIMENTOS

A Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento no exercício de suas funções e aos seus clientes e parceiros de negócios pela confiança depositada.

Administração.



Docusign Envelope ID: 68E3058B-1B81-40D2-A38B-834604890D29



Calcred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Calcred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Calcred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 10 de março de 2025, sem ressalvas.



Calcred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

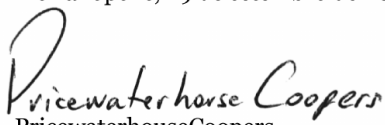


Calcred S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 29 de setembro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Digitally signed by Daniel Naves Marteletto
DN: cn=DANIEL NAVES MARTELETTO, o=BRASIL
c=BR, email=DANIEL NAVES MARTELETTO@PWC.COM.BR
Reason: I am the Signer
Date: 2025.09.29 11:30:07
CRC 1MG105346/O-2

Daniel Naves Marteletto
Contador CRC 1MG105346/O-2



Docusign Envelope ID: 68E3058B-1B81-40D2-A38B-834604890D29

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	Passivo	Nota	2025
Disponibilidades	4	37	Passivos financeiros	11	171.275
Ativos financeiros		158.176	Passivos financeiros ao custo amortizado		
Ativos financeiros ao custo amortizado		130.586	Depósitos a prazo		171.275
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	15.855	Outros passivos		10.975
Operações de crédito	6	236.875	Provisões para contingências	20	28
Outros ativos financeiros	7	13.041	Obrigações fiscais e previdenciárias		931
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6d	(135.184)	Credores diversos	12	10.015
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		27.590			
Títulos e valores mobiliários	5	27.590			
Ativos fiscais correntes e diferidos	8	55.874	Patrimônio líquido	13	35.040
Créditos tributários		33.935	Capital social		73.990
Tributos a recuperar		21.940	Outros resultados abrangentes		(377)
Outros ativos	9	1.077	Prejuízos acumulados		(38.573)
Imobilizado de uso, líquido		450	Total do passivo e patrimônio líquido		217.290
Intangível, líquido	10	1.676			
Total do ativo		217.290			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Docusign Envelope ID: 68E3058B-1B81-40D2-A38B-834604890D29

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2025
Receita da intermediação financeira		100.518
Receita de operações de crédito	14	97.117
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez		1.223
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.274
Receita com cessão de crédito		904
Despesa da intermediação financeira		(83.567)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, líquida de recuperação de créditos baixados como prejuízo	6.e	(70.817)
Despesas de captação	17	(12.750)
Resultado bruto da intermediação financeira		16.951
Outras receitas/(despesas) operacionais		(17.723)
Receitas de prestação de serviços	15	1.102
Despesas de pessoal		(599)
Despesas administrativas	16	(8.804)
Despesas tributárias	19	(4.298)
Outras receitas/despesas operacionais	18	(5.124)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(772)
Imposto de renda e contribuição social		(85)
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-
Imposto de renda e contribuição social diferido		(85)
Lucro (prejuízo) líquido do semestre		(857)
Quantidade de ações do capital social		73.990
Lucro/(Prejuízo) por ação		(0,0116)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Docusign Envelope ID: 68E3058B-1B81-40D2-A38B-834604890D29

Calc cred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração de resultados abrangentes

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	2025
Lucro (Prejuízo) do semestre	<u>(857)</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	524
Variação no valor justo de ativos financeiros	873
Efeitos fiscais	(349)
Resultado abrangente total	<u><u>(333)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Docusign Envelope ID: 68E3058B-1B81-40D2-A38B-834604890D29

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Lucros/ Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	73.990	(29.477)	(901)	43.612
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN no. 4.966/21	-	(8.239)	-	(8.239)
Saldos em 01 de janeiro de 2025	73.990	(37.716)	(901)	35.373
Prejuízo do semestre	-	(857)	-	(857)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	524	524
Saldos em 30 de junho de 2025	73.990	(38.573)	(377)	35.040



Docusign Envelope ID: 68E3058B-1B81-40D2-A38B-834604890D29

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração dos fluxos de caixa - (Método Indireto)

Semestres findos em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Lucro/(Prejuízo) líquido	(857)
Depreciação e amortização	627
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	74.384
Provisão para passivos contingentes	(22)
Imposto de renda e contribuição social diferido	85
Variações nos ativos e passivos	(85.801)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(1.105)
(Aumento)/Redução em operações de crédito	(80.833)
(Aumento)/Redução em outros ativos	14.216
Aumento/(Redução) em depósitos	(8.802)
Aumento/(Redução) em outros passivos	(9.277)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(11.584)
Fluxos de caixa das atividades de Investimento	
Aquisição de imobilizado de uso	(318)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de Investimento	(318)
Aumento/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	(11.902)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	27.794
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	15.892
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(11.902)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	(0,46)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Financeira” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, focada no ramo de crédito ao consumidor, cuja sede e foro localizam-se no município de São José – SC.

A Financeira oferece produtos como o financiamento de cartões de crédito e crédito pessoal para pessoas físicas, bem como produtos de investimentos com emissão de CDB’s.

A Financeira foi constituída em 10 de março de 2020, recebendo autorização do Banco Central do Brasil para funcionamento em 03 de maio de 2021, conforme publicação no Diário Oficial no dia 05 de maio do mesmo ano.

A partir de maio de 2021, iniciou as operações de crédito na modalidade do crédito pessoal e desde fevereiro de 2022 passou a ofertar o financiamento de cartões de crédito nas modalidades do rotativo e de parcelados.

A carteira de crédito ao consumidor da Financeira é composta pelas operações de financiamento do “Cartão Ouze”, administrado e emitido pela Calcard S.A. - Instituição de Pagamento (“Calcard”) (compondo operações de rotativo, parcelamentos com juros, saques em espécie e refinanciamento dos débitos do cartão) e por operações de empréstimo pessoal, ofertados por correspondentes no País. A Calcard é emissora e gestora do “Cartão Ouze”, apta a ter suas operações financiadas pela Calcred, conforme dispõe o “Contrato de Adesão para Emissão, Administração e Utilização do Cartão Ouze”. Além de emissora do “Cartão Ouze”, a Calcard, é agente arrecadador, e de cobrança ordinária e extraordinária, dos pagamentos efetuados pelos clientes da Calcred através da fatura do “Cartão Ouze”.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, bem como pelas as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Conforme permissão disposta no Art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021, as presentes demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas de forma comparativa ao período anterior.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 29 de setembro de 2025, as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração, bem como, foi autorizada a divulgação a partir dessa data.

3 Principais práticas e políticas contábeis

a. Novas normas, alterações e interpretações de normas vigentes

i) Aplicáveis a partir do início de 2025

Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 - Estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis para a) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, b) constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, c) designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), e d) evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

O principal impacto da adoção dos novos critérios contábeis introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 para a Financeira, está relacionado com a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, em contraposição ao anterior modelo de perdas incorridas. Em função dos modelos e parâmetros de cálculo da perda esperada, na data de transição, a Financeira reconheceu um aumento no valor da respectiva provisão no montante de R\$ 13.732, sendo R\$ 8.237 líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta de prejuízos acumulados, no patrimônio líquido.

Quanto às demais mudanças trazidas pelo novo regramento, como a classificação dos instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócio inerente, a apropriação de juros pela taxa efetiva, , não foram observados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Financeira em função da adoção inicial das normas.

ii) Aplicáveis para períodos futuros

Resoluções CMN nº 5.100/2023 e 5.146/2024 – Alteram dispositivos da Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelecendo novos critérios para contratos renegociados e a vigência para os requisitos aplicáveis à contabilidade de hedge para 1º de janeiro de 2027.

b. Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Financeira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras da Financeira incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros (vide nota explicativa 21), provisão para contingências, outras provisões e projeções de lucro tributável futuro para a realização dos créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira revisa as estimativas e as premissas pelo menos semestralmente.

d. Apuração de resultados

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

e. Caixa e equivalentes de caixa

O valor apresentado como caixa e equivalentes a caixa corresponde a ativos de alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento inicial

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo na data da negociação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

(a) Custo amortizado (CA): ativos financeiros mantidos para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

(b) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativos financeiros geridos com o objetivo de obter retornos originados pelos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, bem como por vendas.

(c) Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem aos critérios das categorias anteriores, e para os ativos financeiros designados no reconhecimento inicial, de forma irrevogável, ao valor justo por meio do resultado.

A classificação de ativos financeiros em uma das categorias acima depende i) do modelo de negócios dentro do qual os ativos financeiros são administrados, e ii) das características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

O modelo de negócios é determinado de forma agregada e não individual por ativo financeiro, ou seja, ele reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir determinado objetivo de negócio quanto à realização de fluxos de caixa e gerenciamento de riscos, bem como o seu desempenho é avaliado e reportado para a Administração e os gestores são remunerados.

Teste SPPJ: é a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros, sem nenhum elemento que traga volatilidade aos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Um ativo financeiro se caracteriza como pagamento de principal e juros se for semelhante a uma operação de empréstimo básico, que tem como característica fluxos de caixa e contraprestações contratuais consistentes, compostas pelo valor do dinheiro no tempo, risco de crédito, custos da operação e margem de lucro. Se tal critério não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao valor justo por meio do resultado.

- (iii) **Classificação e mensuração subsequente de passivos financeiros**
Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.
- (iv) **Valor justo dos instrumentos financeiros**
Para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros, são utilizadas premissas e dados classificados conforme a hierarquia de valor justo descrita na nota explicativa 21, privilegiando-se, contudo, cotações de preços observadas em mercados ativos dos respectivos instrumentos, quando disponíveis. A variação do valor justo dos ativos financeiros observada em cada data base de reporte, é reconhecida no patrimônio líquido para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou na demonstração do resultado, para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- (v) **Custo amortizado**
Corresponde ao valor pelo qual o instrumento financeiro foi reconhecido inicialmente, acrescido e/ou deduzido dos custos de transação e valores recebidos na contratação, atualizado *pro rata temporis* pela taxa de juros efetiva, e deduzido das parcelas recebidas ou pagas e, conforme o caso, do saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. No caso dos ativos financeiros, a atualização é interrompida caso o instrumento seja caracterizado como ativo problemático. Um ativo é caracterizado como problemático quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou dos encargos, ou algum outro evento que indique que a operação não será integralmente honrada.
- (vi) **Baixa de ativos e passivos financeiros**
Os ativos financeiros são baixados quando cessam os direitos contratuais aos fluxos de caixa, quando não houver expectativa razoável de sua recuperação ou quando os riscos e benefícios forem transferidos substancialmente, como no caso das operações de cessão de crédito realizadas pela Financeira.

Os passivos financeiros são baixados quando a obrigação original é extinta.
- (vii) **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**
A Financeira apura a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, utilizando metodologia simplificada, levando em conta dados da contraparte e características e dados do instrumento, inclusive quanto ao histórico de adimplemento, de atrasos e de realização. A perda esperada apurada de acordo com a metodologia interna da Financeira é contabilizada pela diferença, se superior, em relação aos valores mínimos de provisão para perdas incorridas e perda adicional, estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23.
- g. **Imobilizado de uso**
O imobilizado de uso é registrado pelo valor de custo de aquisição. As depreciações são classificadas pelo prazo de vida útil atribuído.
- h. **Ativos intangíveis**
Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de formação ou aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados

de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os intangíveis atualmente detidos pela Financeira são amortizados em cinco anos, pelo método linear. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

i. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Financeira são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (impairment) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou as circunstâncias indicarem possibilidade de redução do valor de recuperação destes.

j. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	15%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5%

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$120 no semestre, e a provisão para a contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 15%, ajustado por diferenças permanentes e temporárias.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. As alíquotas aplicáveis são de 15% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para imposto de renda. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Companhia reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorpora benefícios econômicos.

As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente de processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros. A avaliação da probabilidade de perda das contingências são classificadas como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa e a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer à instâncias superiores e da experiência histórica da Financeira.

Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais.

São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o “valor do risco de perda” possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

l. Resultado recorrente e/ou não recorrente

A Financeira considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social da Financeira, considerando seu Estatuto Social. A Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Financeira e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência em períodos futuros. Em 30 de junho de 2025, o resultado da Financeira foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2025
Disponibilidades (a)	37
Aplicações interfinanceiras de liquidez (b)	15.855
Total – Circulante	15.892

(a) Disponibilidades são representadas por saldos depositados em contas bancárias.

(b) Em 30 de junho de 2025, a Financeira possuía aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, sem impacto no valor do resgate.

5 Títulos e valores mobiliários

	30/06/2025	
	Valor Mercado	Valor Custo
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Letras do Tesouro Nacional - NTN	27.590	27.942
Total – Circulante	27.590	27.942

Os títulos têm vencimento em 01/10/2025.

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base nos preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

O montante do ajuste a valor de mercado apurado em 30 de junho de 2025, de R\$ 352 foi contabilizado em conta específica do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários.

Em 30 de junho de 2025, não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

6 Operações de crédito

As operações de crédito na Financeira caracterizam-se pela disponibilização de crédito ao consumidor através de empréstimo pessoal e operações com juros transacionadas com os cartões de crédito Ouze (crédito rotativo, parcelamentos e saques). Essas operações estão classificadas na categoria custo amortizado, de acordo com o previsto na Resolução nº 4.966, de 25 de novembro de 2021 do CMN.

a) Composição da carteira de crédito por segmento

	30/06/2025
Empréstimos	52.809
Cartão de Crédito - Crédito Rotativo	29.882
Cartão de Crédito – Creliq/Acordos/Renegociados	138.757
Cartão de Crédito - Parcelado com Juros	14.659
Cartão de Crédito – Saques Financiados	768
Total	236.875
Circulante	233.835
Não Circulante	3.040

b) Composição da carteira de crédito por tipo de cliente e atividade econômica

Tipo cliente	Empréstimo pessoal e cartão
	30/06/2025
Pessoas físicas	236.875
Total da carteira	236.875

c) Composição da carteira por faixas e vencimento

	30/06/2025
Parcelas vencidas	144.371
A vencer	
A vencer até 3 meses	57.080
A vencer de 3 a 12 meses	32.384
A vencer de 1 a 3 anos	3.040
Total a vencer	92.504
Total	236.875

d) Distribuição da carteira de crédito por faixa de atraso e nível de provisão

A totalidade das operações de crédito da Financeira se enquadra na definição de Carteira 5 (C5), de acordos com os critérios definidos na Resolução BCB no. 352/23. A seguir é demonstrada a distribuição da carteira de crédito por faixa de atraso e níveis de provisão, mínimos regulatórios e os correspondentes ao total da perda esperada apurada de acordo com o modelo interno da Financeira:

Faixa de atraso	Carteira	% Perda Incorrida	% Perda Adicional	%Perda Esperada	% Perda Total	Provisão
000 - 000	71.123		1,90%	7,80%	9,67%	6.878
001 - 014	9.869		1,90%	36,40%	38,28%	3.778
015 - 030	11.535		7,50%	28,50%	36,03%	4.156
031 - 060	13.609		15,00%	50,30%	65,26%	8.881
061 - 090	15.645		38,00%	39,60%	77,60%	12.141
091 - 120	14.946	50,00%	3,40%	25,60%	78,99%	11.806
121 - 150	15.504	53,40%	3,40%	23,00%	79,78%	12.369
151 - 180	15.115	56,80%	3,40%	21,10%	81,28%	12.285
181 - 210	10.589	60,20%	3,40%	19,20%	82,78%	8.766
211 - 240	10.685	63,60%	3,40%	17,20%	84,20%	8.997
241 - 270	8.189	67,00%	3,40%	15,70%	86,09%	7.050
271 - 300	6.989	70,40%	3,40%	13,80%	87,64%	6.125
301 - 330	6.981	73,80%	3,40%	12,00%	89,20%	6.227



Docusign Envelope ID: 68E3058B-1B81-40D2-A38B-834604890D29

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2025

331 - 360	6.103	77,20%	3,40%	13,30%	93,93%	5.733
361 - 390	5.696	80,60%	3,40%	16,00%	100,00%	5.696
391 - 420	5.291	84,00%	3,40%	12,60%	100,00%	5.291
421 - 450	4.532	87,40%	3,40%	9,20%	100,00%	4.532
451 - 480	1.370	90,80%	3,40%	5,80%	100,00%	1.370
481 - 510	1.498	94,20%	3,40%	2,40%	100,00%	1.498
511 - 540	1.606	97,60%	3,40%		100,00%	1.606
Total	236.875					135.184

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2025
Saldo inicial	69.495
Constituição de provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito (i)	88.116
Reversão de provisão para perdas associadas ao risco de crédito (cessão de carteira) (Nota 6.h)	(19.654)
Transferência para prejuízo (ii)	(2.773)
Saldo final	135.184

(i) Corresponde ao somatório da despesa com a constituição da provisão no primeiro semestre de 2025, no valor de R\$ 74.384, com o montante do ajuste apurado na adoção inicial dos novos critérios de perda esperada estabelecidos pela Resolução CMN no. 4.966/21, no valor de R\$ 13.732, contabilizado à conta de lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários.

(ii) Com a entrada em vigor da Resolução CMN no. 4.966/21, da Resolução BCB no. 352/23 e da Lei no. 14.467/23, em 1º. de janeiro de 2025, a Calcred passou a baixar as operações de crédito para prejuízo quando vencidas a partir de 540 dias.

f) Concentração da carteira de crédito

	30/06/2025	
	Valor	%
1º maior devedor	233	0,1%
Dez maiores devedores	1.261	0,5%
Cinquenta maiores devedores seguintes	3.188	1,3%
Restantes dos devedores	232.197	98,0%
Total	236.879	100%

g) Cessão de crédito carteira

Em 2025, a Financeira firmou contrato de cessão de crédito, sem retenção substancial dos riscos e benefícios, referente a parte da carteira de recebíveis, vencidos há mais de 360 dias. A transação foi efetuada com a cessionária Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Ouze. A cessão da carteira ativa, gerou a baixa da carteira de crédito no valor nominal total de R\$ 19.654, contra uma despesa (deságio) de R\$ 18.750 e consequente reversão de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o que gerou resultado positivo na cessão no valor de R\$ 904.

As cessões de carteira baixada para prejuízo totalizam o montante de R\$ 779 de valor nominal, tendo negociadas com um deságio de R\$ 743, gerando um ganho na cessão de R\$ 36.

Abaixo, um resumo das transações cedidas:

	Saldo curva	Deságio	Resultado Líquido
Cessão de carteira prejuízo	779	(743)	36
Cessão de carteira ativa	19.654	(18.750)	904
Total	20.433	(19.493)	940

h) Composição de despesa com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

30/06/2025

Constituição da provisão para perdas esperadas no semestre	74.384
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(3.567)
	70.817

7 Outros ativos financeiros

Refere-se a valores a receber da Calcard, referentes aos pagamentos de clientes a serem repassados em função do fluxo financeiro de cartões financiados.

8 Ativos fiscais correntes e diferidos

Impostos e contribuições a compensar

Os impostos e contribuições a compensar estão representados no montante de R\$ 21.940 em 30 de junho de 2025. Esses créditos são decorrentes de pagamentos a maior de anos anteriores.

Crédito tributário

Os créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são constituídos para as despesas apropriadas no semestre e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, mas cujas exclusões ou compensações futuras, para fins de apuração de lucro real, estão explicitamente estabelecidas ou autorizadas pela legislação tributária. Os créditos

Calc cred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2025

tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas de realização em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020.

A Financeira adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre diferenças temporárias e de prejuízo fiscal. Em 30 de junho de 2025, os valores desses tributos diferidos são os seguintes:

Composição por origem

	Imposto de Renda	30/06/2025 Contribuição Social	Total
Prejuízo Fiscal	148	89	237
Provisões administrativas	67	40	107
Provisão processos cíveis	7	5	12
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	20.987	12.592	33.579
Total	21.209	12.726	33.935

Composição da base de cálculo

	30/06/2025
Saldo de prejuízo fiscal	593
Saldo provisões administrativas/processos cíveis	295
Saldo de provisão para perdas esperadas com crédito, temporariamente não dedutível	83.948
Total	84.836
Crédito tributário constituído – Imposto de renda – 25%	21.209
Crédito tributário constituído – Contribuição social – 15%	12.725
Total	33.935
Circulante	23.501
Não circulante	10.434

Movimentação

	30/06/2025
Saldo inicial crédito tributário diferido	28.527
Constituição	26.448
Utilização	(20.680)
Outros ajustes	(360)
Saldo final crédito tributário diferido	33.935



Docusign Envelope ID: 68E3058B-1B81-40D2-A38B-834604890D29

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2025

Realização

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão baixados conforme as respectivas bases de cálculo sejam excluídas no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

Período	30/06/2025
2025	16.157
2026	10.906
2027	1.244
2028	1.126
2029	1.126
2030	3.376
Saldo final crédito tributário diferido	33.935

Valor presente dos créditos tributários

Conforme requerido pela Resolução nº 4.842 de 30/07/2020, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando DI Futuro 14,89% a.a., totaliza R\$ 29.052.

9 Outros ativos

	30/06/2025
Devedores diversos – país	369
Deságio Captação	600
Adiantamentos e antecipações salariais	64
Depósito judicial	20
Despesas antecipadas	24
Total – Circulante	1.077

10 Intangível

	Softwares
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.291
Amortizações	(615)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.676

11 Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo são atrelados ao CDI, com percentuais entre 106% e 123%, conforme o prazo e a data de aplicação, com vencimentos até junho de 2027. Os depósitos a prazo possuem a seguinte distribuição de vencimentos:



Docusign Envelope ID: 68E3058B-1B81-40D2-A38B-834604890D29

Calc cred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2025

	30/06/2025
A vencer em até 3 meses	23.404
A vencer em até 12 meses	70.500
A vencer de 1 a 3 anos	77.371
Total	171.275
Circulante	93.904
Não circulante	77.371

12 Credores Diversos

	30/06/2025
Partes relacionadas (a)	9.326
Passivos diversos	486
Provisões para pagamento de despesa com pessoal	203
Total – Circulante	10.015

(a) Valores referentes a credenciados e rateios do Centro de Serviços Compartilhados. Vide nota 18.

13 Patrimônio líquido

Capital social

Em 30 de junho de 2025, o capital social subscrito e integralizado está representado por 73.990.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, de acionistas domiciliados no País.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme o parágrafo quarto, do art. 19, do estatuto, é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76.



Docusign Envelope ID: 68E3058B-1B81-40D2-A38B-834604890D29

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2025

14 Receita de operações de crédito

	30/06/2025
Rendas de Empréstimo	22.025
Rendas com cartão de crédito	75.092
Total	97.117

15 Receita de prestação de serviços

	30/06/2025
Receita com tarifa de operações de crédito/cadastro	1.102
Total	1.102

16 Despesas administrativas

	30/06/2025
Despesas com partes relacionadas (nota 18)	(6.746)
Despesas com serviços técnicos especializados	(234)
Despesas com processamento de dados	(793)
Despesas com depreciação e amortização	(628)
Despesas bancárias	(258)
Outras despesas	(145)
Total	(8.804)

17 Despesas de captação

	30/06/2025
Despesas de depósitos a prazo	(12.750)
Total	(12.750)

18 Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2025
Desconto concedido operações renegociadas	6.335)
Atualização Selic	1.233
Outas despesas operacionais	(22)
Total	(5.124)

19 Despesas tributárias

	Alíquota	30/06/2025
Programa de integração social (PIS)	0,65%	(585)
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	4,00%	(3.599)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5,00%	(113)
Total		(4.297)

20 Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas da Financeira incluem transações com as empresas controladoras, coligadas e pessoas-chave na Administração. Pessoas-chave da Administração são definidas como aquelas que tem autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle. Não houve pagamento de pró-labore aos administradores no primeiro semestre de 2025. A Financeira não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

Em 30 de junho de 2025, os valores financeiros entre a Financeira e as empresas relacionadas, pertencentes ao mesmo grupo econômico, estavam assim compostos:

	Calcenter Calçados	Calcard as Instituição de Pagamentos	Gabriela Participações	Z&M Participações	2025
Ativo					
Contas a receber	57	12.975	-	9	13.041
Total ativo	57	12.975	-	9	13.041
Passivo					
Credenciados	41	8.422	-	-	8.463
Centro de Serviço Compartilhado	-	396	-	-	396
Depósito a Prazo	16.050	-	-	-	16.050
Total passivo	16.091	8.819	-	-	24.909
Receitas/(Despesa)					
Centro de Serviço Compartilhado	-	(6.746)	-	-	(6.746)
Outras receitas /(despesas)	(113)	-	-	-	(113)
Total despesa	(113)	(6.746)	(-)	-	(6.859)

21 Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos, abaixo, a apuração do imposto de renda e da contribuição social para os semestres findos em 30 de junho de 2025.

a. Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(772)
Diferenças temporárias de provisões - adições, líquidas das exclusões	687
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(85)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	309
Correção de erro de exercícios anteriores	(157)
Resultado com imposto de renda e contribuição social	85

22 Passivos contingentes

Em 30 de junho de 2025, a Financeira possui somente ações cíveis classificadas com risco de perda provável, e está registrado na rubrica de provisão para contingência o valor de R\$ 28. O total de ações cíveis classificadas com risco de perda possível é de R\$ 16 e de ações tributárias é de R\$ 802 em 30 de junho de 2025, com base no julgamento dos assessores jurídicos da Financeira. Esses valores são calculados individualmente, por processo e com base nos valores históricos.

23 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A estrutura de gerenciamento de riscos da Financeira esta pautada no conjunto de políticas, estratégias, processos e métodos direcionados a conformidade e gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez, crédito, operacional e a gestão de capital.

A estrutura está em constante evolução, buscando sempre adotar as melhores práticas de mercado em consonância com os normativos do Banco Central do Brasil, de modo a ser compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição aos riscos. São realizados testes de estresse para exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos e análise de sensibilidade permitindo avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital de eventos na instituição.

Compreendendo as unidades de Riscos financeiros, riscos não financeiros, Compliance, Controles internos e Prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo (PLD/CFT)

e a Gestão de Capital, atua com a missão de manter em pleno atendimento das regras e regulamentações que permeiam a atividade de intermediação financeira, através do monitoramento da regulamentação interna e externa, incluindo apoio as áreas da CFI para o seu efetivo atendimento, revisão e publicação de normas. No âmbito de PLD/CFT monitora tanto as propostas dos clientes em potencial, quanto as movimentações atípicas ou suspeitas dos clientes utilizando-se de processos e melhores práticas de mercado.

Risco operacional: conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui-se nestes eventos o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A gestão desse risco ocorre a partir das recomendações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), respeitando os normativos vigentes.

O gerenciamento do risco operacional é realizado através do mapeamento de processos e o levantamento de riscos já identificados, os controles implementados e o rastreamento das falhas ocorridas.

Risco de mercado: conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição e o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. A gestão da metodologia baseada em perdas de valor econômico e de resultado de intermediação financeira, denominadas Delta EVE e Delta NII para cálculo de requerimento de capital, tem como características evidenciar as diferenças entre a gestão e o controle de Risco de Mercado da Taxa de Juros da gestão e o controle do IRRBB. O monitoramento da exposição ao risco se dá com base na volatilidade de mercado que é possível estimar a perda máxima de uma carteira, dado um intervalo de tempo e um índice de confiança.

Análise de sensibilidade: a Financeira acompanha sua exposição ao risco de mercado por meio do modelo padronizado do BACEN para a carteira bancária (IRRBB Delta NII). Esse modelo mensura o impacto no resultado de intermediação financeira em cenários de aumento e redução de até 400 pontos-base na curva de juros.

Risco de crédito: conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros e os custos de recuperação. A gestão desse risco utiliza do monitoramento de diversos indicadores que demonstram os níveis de qualidade da carteira, além da exigência de capital regulatório.

Risco de liquidez: conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas ou inesperadas e de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma

descontinuidade no mercado. A gestão desse risco monitora o fluxo de caixa diário, projetando cenários para o horizonte de um ano, além de indicadores de liquidez de curto e longo prazos.

Gerenciamento de capital: conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está exposta e do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A gestão consiste na construção de cenários que contemplam a evolução projetada para os ativos da Instituição, bem como o resultado esperado em função das receitas e despesas orçadas.

Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros, descritos abaixo:

- **Nível 1:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.
- **Nível 2:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseadas em modelo de precificação em que os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.
- **Nível 3:** Cotações de preços para ativos ou passivos não observáveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo de forma recorrente, segregados entre os níveis da hierarquia de valor justo.

30/06/2025		
	Nível 1	Total
Ativo		
<i>Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</i>		
Títulos e valores mobiliários	28.075	28.075

As transferências entre níveis da hierarquia do valor justo são relatadas regularmente ao longo do ano. No semestre de 30/06/2025 não houve transferências significativas de instrumentos financeiros entre nenhum dos níveis.



Docusign Envelope ID: 68E3058B-1B81-40D2-A38B-834604890D29

Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2025

24 Limite operacional (acordo da Basileia)

A Calcred integra o conglomerado prudencial liderado pela Calcard Instituição de Pagamentos. As exigências de capital mínimo são apuradas de forma consolidada, em conformidade com a regulamentação vigente. Em 30 de junho de 2025, o conglomerado apresentou Índice de Basileia de 15,86%.

* * *

Mario Zanatta Júnior
Diretor Executivo

Deisiane Cristine Landvoigt
Contadora - CRC RS-089155/O-2